

O CÍRCULO DE GIZ DA "GLOBALIZAÇÃO"

Paulo Nogueira Batista Jr.

RESUMO

Este artigo critica visões correntes sobre o chamado processo de globalização, enfatizando a sua falta de perspectiva histórica e de atenção a dados básicos da economia internacional. Argumenta que a ideologia da globalização exagera a novidade e alcance da tendência à integração internacional das décadas recentes.

Palavras-chave: globalização; internacionalização; Estado nacional; ideologia.

SUMMARY

This article criticizes current views on the so-called globalization process, stressing their lack of historical perspective and disregard of basic international economic data. It argues that the ideology of globalization overemphasizes the novelty and extent of the trend toward economic integration in recent decades.

Keywords: globalization; internationalization; nation-state; ideology.

Introdução

Na década de 90, e especialmente nos anos mais recentes, o tema da "globalização" passou a ocupar uma posição central no debate brasileiro. Prevalece a percepção de que há processos em curso que dominam de maneira inexorável a economia mundial e tendem a destruir as fronteiras nacionais. Os Estados nacionais, afirma-se, estão em crise ou declínio irreversível. Em fase de extinção, segundo as versões mais extremadas.

Assim entendida, a globalização é um mito. Um fenômeno ideológico nem sempre muito sofisticado, que serve a propósitos variados. Evidentemente, a ideologia da globalização, como toda ideologia de sucesso, tem um substrato de realidade, alguma conexão com os fatos que lhe confere certa plausibilidade. A ninguém escapa a extraordinária velocidade do progresso técnico em áreas como informática, telecomunicações e finanças. Essas inovações tecnológicas, associadas à diminuição dos custos de transporte, à desregulamentação de diversos mercados e à remoção de controles e

barreiras, têm facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais e a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos setores.

É preciso, contudo, resguardar-se contra a carga de fantasia e mitologia construída a partir desses fenômenos reais. Há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base à ideologia da "globalização". O próprio termo é enganoso e só deveria ser utilizado entre aspas, para marcar distanciamento e ironia.

O propósito deste artigo, que constitui versão condensada dos capítulos iniciais de um trabalho mais amplo (Batista Jr., 1997), é argumentar que o processo de internacionalização das últimas décadas não é nem tão abrangente e nem tão novo quanto sugerem os arautos da "globalização".

A rápida difusão dessa ideologia, que encontrou solo fértil no Brasil nos últimos anos, tornou mais importante uma avaliação crítica da evolução recente do quadro internacional. Um dos efeitos práticos da mitologia da "globalização", em especial da idéia de que estamos submetidos à ação de forças econômicas globais incontroláveis, é paralisar as iniciativas nacionais, que passam a ser rotuladas como ineficazes, sem maior discussão. A mensagem central é que as políticas nacionais têm de se curvar aos imperativos da "nova economia global". Qualquer desvio em relação aos supostos consensos da "globalização" é imediatamente tachado como inviável em face do julgamento e das sanções dos mercados internacionais, vistos como todo-poderosos (Hirst e Thompson, 1996, p. 1).

Estabeleceu-se, assim, uma versão simplificada, porém intimidadora, das tendências econômicas internacionais. Essas mistificações servem, em primeira instância, aos propósitos dos setores e nações que se situam no comando do processo de internacionalização. Têm o propósito, ou pelo menos o efeito, de desarmar as iniciativas nacionais e remover as resistências sociais e políticas aos interesses econômico-financeiros que operam em escala internacional¹.

Do ponto de vista de certo tipo de governo, a ideologia da globalização pode ser de grande utilidade. É uma linha de argumentação que desfruta da eterna popularidade das explicações que economizam esforço de reflexão. Serve, muitas vezes, de cortina de fumaça. "Globalização" vira uma espécie de desculpa para tudo, uma explicação fácil para o que acontece de negativo no país. Governos fracos e omissos servem-se dessa retórica para isentar-se de responsabilidade, transferindo-a para um fenômeno impessoal e vago, fora do controle nacional. A ampla divulgação de avaliações superficiais das tendências internacionais acaba contribuindo para inibir o debate sobre a política econômica e social e para dificultar a identificação dos erros das autoridades governamentais.

É o que vem ocorrendo no Brasil no passado recente. Problemas provocados por decisões ou omissões do governo nacional têm sido sumariamente descarregados em cima da "globalização".

Por exemplo, se aumentam as taxas de desemprego, não falta quem se apresse a atribuir o problema à "globalização" e a caracterizá-lo como

(1) Como observa Michel Rogalski, a "mundialização" é invocada para facilitar a aplicação de políticas de ajustamento cuja função consiste, no essencial, em ajustar o interno ao externo. Trata-se, assim, de favorecer no interior do país os interesses daqueles que são mais ligados ao exterior. Em nome da "mundialização", adotam-se políticas públicas que beneficiam as elites "modernas" e "competitivas", em detrimento muitas vezes da maior parte da população (Rogalski, 1997, pp. 8-9).

fenômeno mundial, que escapa em grande medida às possibilidades de atuação do governo. Se conglomerados estrangeiros absorvem empresas nacionais, inclusive firmas consideradas exemplares, como a Metal Leve do setor de autopeças, a explicação é imediata: são os efeitos inexoráveis da competição em escala global. Se o Brasil se tornou mais vulnerável do ponto de vista financeiro externo nos últimos três anos, esse é o preço inevitável que temos de pagar para aproveitar as inéditas oportunidades propiciadas pela "globalização financeira". Enfim, é um vale-tudo, que acaba tornando o debate pouco esclarecedor, para dizer o mínimo. A insistência com que se recorre, nesse contexto, à suposta inevitabilidade dos processos em andamento faz lembrar a observação do historiador inglês A. J. P. Taylor, para quem "inevitabilidade" era "uma palavra mágica utilizada para mesmerizar os incautos" (Taylor, 1996, p. 187).

Falsas novidades da "globalização"

Sob diversos pontos de vista, a "globalização" é uma falsa novidade. Ao contrário do que freqüentemente se supõe, o grau de internacionalização econômica observado nas últimas duas ou três décadas tem precedentes históricos. Muitos dos fenômenos aduzidos para sugerir o advento de uma nova era constituem, na realidade, a retomada de processos e tendências bastante antigos.

Convém recordar, por exemplo, alguns aspectos do quadro internacional que prevaleceu nas décadas anteriores à I Guerra Mundial. Naquele período, ocorreu uma revolução tecnológica em transportes e comunicações, que favoreceu forte expansão dos fluxos internacionais (Nayyar, 1995, p. 10). Na realidade, a integração dos mercados mundiais, inclusive no que diz respeito à formação diária de preços, remonta à segunda metade do século XIX (Hirst e Thompson, 1996, p. 9). Entre 1870 e a I Guerra, vigorou um sistema econômico aberto, apoiado em comunicações eficientes de longa distância (cabos submarinos telegráficos intercontinentais) e em meios de transporte industrializados (navios a vapor e ferrovias). É verdade que os métodos modernos de comunicação e transporte ampliaram dramaticamente o volume e a complexidade das transações, mas não se deve perder de vista que a economia internacional dispõe, há mais de cem anos, de meios de informação e transporte capazes de sustentar um sistema genuinamente internacional (Hirst e Thompson, 1996, pp. 9-10)².

O grau de integração da economia internacional nas décadas recentes é comparável, e em alguns aspectos até menor, do que o observado no período anterior à I Guerra³. O nível atual de integração através do comércio, por exemplo, não parece muito mais alto do que o alcançado em 1913, ainda que se possa questionar a qualidade dos dados utilizados nessas comparações (Wade, 1996, p. 66). Um fato pouco conhecido e surpreendente é que a participação do comércio exterior na produção

(2) Segundo Gerbier, a expressão "aldeia planetária" data do final do século XIX, período em que o progresso nos meios de comunicação e transporte (telégrafo, navio a vapor ou óleo combustível, trem) tornou consideravelmente as condições de vida. Para esse autor, as consequências do telégrafo, em termos de compressão do tempo e do espaço, foram mais importantes do que as dos progressos das décadas recentes no campo das telecomunicações (Gerbier, 1997, p. 27).

(3) Esse ponto é reconhecido em documento recente do FMI, dedicado ao tema da "globalização": "Globalização não é um fenômeno novo. [...] A liberalização dos fluxos comerciais e financeiros resultou gradualmente em um nível de integração semelhante em alguns aspectos ao que era conhecido no início do século [...] (FMI, 1997, p. 4). De acordo com esse documento, o processo de internacionalização das décadas recentes deve ser visto como a retomada da integração intensiva que começou em meados do século XIX e terminou com a I Guerra Mundial (p. 45). No que se refere a fluxos líquidos de capital e à movimentação de trabalhadores, o grau de integração atual é, inclusive, inferior ao que se observava antes da I Guerra (pp. 46, 113-114).

mundial só recuperou o nível de 1913 nos anos 70 (Bairoch e Kozul-Wright, 1996, pp. 5-6).

No caso dos países desenvolvidos, a relação entre as exportações de mercadorias e o PIB era de 12,9% em 1912-14, caiu para 6,2% em 1937-39 e foi se recuperando gradativamente depois da II Guerra. Em 1991-93, a participação das exportações de bens no PIB era de 14,3%, apenas um pouco maior do que a de 1912-14 (*tabela 1*). Na Europa ocidental, a participação passou de 18,3% do PIB em 1912-14 para 21,7% em 1991-93. Nos Estados Unidos, de 6,4% para 7,5% do PIB. No caso do Japão, houve até mesmo queda da relação exportações/PIB, de 12,6% em 1912-14 para 8,8% em 1991-93⁴.

Tabela 1
Relação entre exportações de mercadorias e PIB¹
Países desenvolvidos
1889-1993

Anos	Países desenvolvidos ²	Estados Unidos	Europa ocidental	Em % Japão
1889-1891	11,7	6,7	14,9	5,1
1912-1914	12,9	6,4	18,3	12,6
1928-1930	9,8	5,0	14,5	13,6
1937-1939	6,2	3,7	7,1	13,0
1950	7,8	3,8	13,4	6,8
1953	8,4	4,3	13,4	7,5
1959-1961	8,6	3,8	14,8	8,9
1969-1971	10,2	4,0	17,4	9,7
1974-1976	14,1	6,6	21,3	11,0
1979-1981	15,5	7,7	22,7	11,8
1989-1991	14,6	7,2	23,0	9,6
1991-1993	14,3	7,5	21,7	8,8

Fonte: Bairoch, 1996.

(1) Agregados medidos a preços correntes.

(2) Europa ocidental (exclusive Iugoslávia), Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão.

(4) A UNCTAD apresenta dados semelhantes para cinco países — Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. A comparação dos dados de 1913 com os de 1992 mostra um aumento mais significativo da relação entre exportações e o PIB nos casos da França (de 13,9% para 17,5%) e da Alemanha (de 17,5% para 24%), possivelmente como reflexo dos avanços do processo de integração na Europa continental. Nos Estados Unidos, o aumento é modesto, de 6,1% em 1913 para 7,1% em 1992. Nos dois outros países, a relação exportações/PIB diminuiu entre 1913 e 1992: de 12,3% para 9,2% no caso do Japão e de 20,9% para 18,2% no do Reino Unido (UNCTAD, 1994, p. 127).

Os dados referentes a investimento direto, embora mais precários do que os de comércio, mostram um quadro semelhante. O estoque de investimentos estrangeiros diretos representou o equivalente a 9,7% do PIB mundial em 1994 (UNCTAD, 1996, Annex table 6, p. 261), um percentual próximo ao estimado para 1913⁵. Às vésperas da I Guerra, os investimentos da Grã-Bretanha no exterior eram maiores do que o seu estoque de capital

(5) Estima-se que em 1913 o estoque de investimentos diretos correspondia a mais de 9% do produto mundial (Bairoch e Kozul-Wright, 1996, p. 10).

doméstico, um recorde do qual nenhum dos principais países desenvolvidos sequer se aproximou desde então (Krugman, 1996, p. 207).

Diversos estudos sugerem que a tão comentada mobilidade internacional do capital desde os anos 70 é menor, em muitos aspectos, do que a que se observava antes de 1914 (Hirst e Thompson, 1996, pp. 27-28). No final do século XIX e no início do século XX, os fluxos internacionais líquidos de capital (em contraposição a operações financeiras complexas que não financiam o investimento real) correspondiam a uma parcela consideravelmente maior da poupança mundial do que nos anos recentes (Krugman, 1996, p. 208). Relativamente ao tamanho das economias, os movimentos líquidos de capital entre países, medidos pelos saldos de balanço de pagamentos em conta corrente, eram significativamente maiores (Nayyar, 1995, p. 8).

Naquela época, assim como nas décadas recentes, os fluxos financeiros cresceram mais rapidamente do que o comércio e a produção. Restrições formais aos fluxos de capital eram praticamente inexistentes e a estabilidade cambial entre as economias mais avançadas, propiciada pelo padrão-ouro, favorecia a integração dos mercados financeiros (Zevin, 1992, p. 48)⁶. Estima-se que em 1913 o movimento líquido de capitais alcançava o equivalente a 5% do PNB dos países exportadores de capital (Bairoch e Kozul-Wright, 1996, p. 11). A Grã-Bretanha, a maior exportadora de capitais antes da I Guerra, registrou um superávit médio no balanço de pagamentos em conta corrente de 5% do PIB entre 1880 e 1913 (Nayyar, 1995, pp. 8-9). No final desse período, a exportação líquida de capitais da Grã-Bretanha chegou a um ápice de 9% da renda nacional (Bairoch e Kozul-Wright, 1996, p. 11). Atualmente, são poucos os países que podem sustentar uma exportação ou importação líquida de capitais equivalente a mais de 3% do PIB por um período prolongado (*The Economist*, 1995, p. 5). Os superávits em conta corrente do Japão e da Alemanha, os dois maiores exportadores de capital nos anos 80, chegaram a um máximo de 4% a 5% do PIB na segunda metade da década passada (FMI, 1997, p. 113)⁷.

Em 1913-14, o estoque de créditos contra o exterior representava nada menos que 153% do PNB da Grã-Bretanha e 97% do PNB da França (Zevin, 1992, p. 47). Atualmente, as principais nações credoras não chegam sequer perto desses percentuais. Em 1994, o Japão, por exemplo, registrava ativos externos equivalentes a 52% do PIB em termos brutos e a 15% do PIB em termos líquidos. Os ativos externos brutos da Alemanha correspondiam a 70% do PIB e os ativos líquidos, a 10% do PIB (OCDE, 1996, Annex table 53, p. A56; Brasil, 1996, Tabela 1, p. 23)⁸. Antes da I Guerra, também era mais elevada a participação de emissões estrangeiras nas praças financeiras européias. Por exemplo, os títulos estrangeiros (não incluindo os de colônias britânicas) representavam 59% do valor total dos títulos negociados em Londres em 1913; na França, o percentual correspondente alcançava 53% em 1908 (UNCTAD, 1994, p. 121)⁹. Apoiando-se nesses e em outros dados, um estudo comparativo concluiu que todos os indicadores disponíveis sugerem que os mercados financeiros do final do século XIX e início do

(6) Ver também: UNCTAD, 1994, pp. 120-121.

(7) Entre 1980 e 1995, o Japão e a Alemanha registraram superávits médios em conta corrente de 2,2% e 1,3% do PIB, respectivamente. O superávit máximo da Alemanha nesse período foi de 4,8% do PIB, registrado em 1989. O do Japão foi de 4,3% do PIB, em 1986 (OCDE, 1996, Annex table 51, p. A54).

(8) O Reino Unido apresentava, em 1994, ativos externos equivalentes a 115% do PIB em termos brutos, mas a apenas 2% do PIB em termos líquidos. Os demais países do G-7 são todos devedores externos em termos líquidos. Os Estados Unidos detinham ativos externos brutos correspondentes a 36% do PIB em 1994, mas registravam uma posição líquida negativa equivalente a 12% do PIB (OCDE, 1996; Brasil, 1996).

(9) Em alguns mercados financeiros menores na Europa, a proporção de títulos estrangeiros era ainda mais alta (UNCTAD, 1994). Em Amsterdã, por exemplo, a proporção de emissões que não eram nem holandesas nem de colônias da Holanda foi de 82% em 1855, 77% em 1875 e 53% em 1900 (Zevin, 1992, p. 51).

século XX eram mais integrados do que em qualquer período posterior, apesar dos imensos avanços em matéria de comunicações (Zevin, 1992, pp. 48-52).

A migração internacional também era muito maior numa época em que os Estados Unidos ergueram uma Estátua da Liberdade na entrada de Nova York para dar as boas-vindas aos imigrantes (Krugman, 1996, p. 208). Um contraste notável com a economia "global" e "sem fronteiras" de hoje, em que imigrantes originários da África, da América Latina e da Ásia enfrentam restrições cada vez mais severas, são perseguidos pela polícia e, às vezes, recebidos a tiros nas fronteiras do mundo desenvolvido.

Para alguns autores, é justamente no terreno dos fluxos de trabalhadores que reside a diferença fundamental entre a internacionalização das décadas recentes e a que ocorreu entre meados do século passado e a I Guerra (Nayyar, 1995, p. 16). Naquela época, imigrantes obtinham cidadania com facilidade. Passaportes eram raramente necessários. Entre 1870 e 1914, 36 milhões de pessoas deixaram a Europa, dois terços das quais foram para os Estados Unidos. Estima-se que a emigração da China e da Índia foi ainda maior nesse período (UNCTAD, 1994, p. 120)¹⁰. Medido pelo número de trabalhadores que se deslocam internacionalmente, o grau de integração dos mercados de trabalho era muito maior no início do século do que é hoje (FMI, 1997, p. 46)¹¹.

Recentemente, o governo dos Estados Unidos divulgou uma pesquisa sobre a população nascida no exterior e residente naquele país. Em março de 1996, 9,3% da população dos Estados Unidos era nascida no exterior, de pais não-americanos, em comparação com 14,7% em 1910. Como se vê no gráfico 1, embora a proporção de pessoas nascidas no exterior venha aumentando de forma significativa desde 1970, o percentual de 1996 ainda é substancialmente inferior aos registrados pelos censos decenais do governo dos Estados Unidos em toda a segunda metade do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX (U.S. Bureau of the Census, 1997, p. 1)¹².

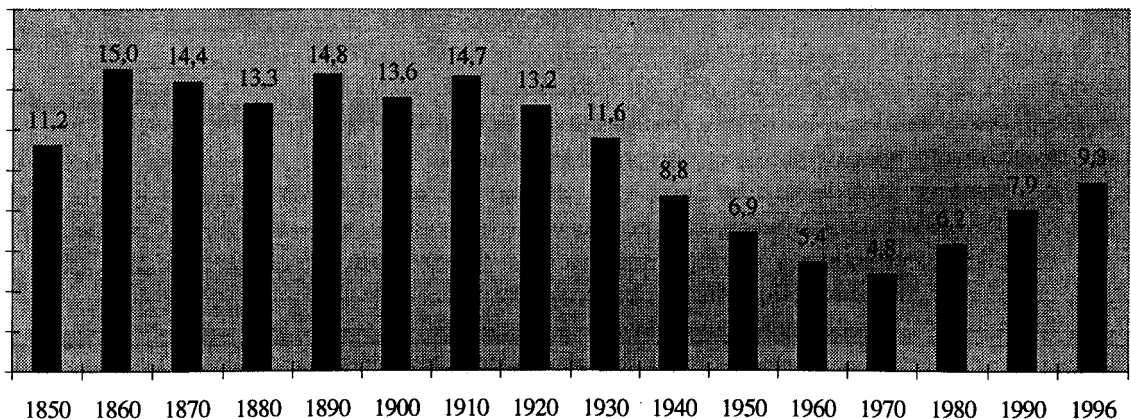
(10) Ver também: Nayyar, 1995, pp. 16-17.

(11) Segundo a UNCTAD, com o crescimento mais lento das economias desenvolvidas desde o início dos anos 70 e o endurecimento das leis de imigração, "os mercados de trabalho permanecem significativamente menos internacionais do que antes da I Guerra Mundial" (UNCTAD, 1994, p. 129).

(12) Os dados dos censos da segunda metade do século XIX foram fornecidos por Kristin A. Hansen, do U.S. Bureau of the Census.

Gráfico 1

Porcentagem da população dos Estados Unidos nascida no exterior



Se tudo isso é verdade, por que prevalece a impressão de que o processo de internacionalização das últimas duas ou três décadas constitui fenômeno inédito? A ilusão decorre, pelo menos em parte, do fato de que a integração alcançada no passado recente é realmente muito significativa quando comparada ao baixo grau de abertura das economias logo após a II Guerra Mundial (Krugman, 1996, p. 208). Entre 1914 e 1950, as guerras mundiais, a Grande Depressão, a adoção do planejamento centralizado em boa parte do planeta, o nacionalismo e o protecionismo destruíram a economia internacionalizada da *belle époque* (FMI, 1997, p. 4), acontecimento que bem poderia merecer alguma consideração da parte dos crentes na irreversibilidade dos processos históricos.

Fronteiras da "globalização"

Além de não ser um fenômeno inteiramente novo, o processo recente de integração das economias nacionais não tem o alcance que sugere o uso indiscriminado do termo "globalização". Apesar da rápida expansão das transações econômicas internacionais, os mercados internos continuam preponderantes, sobretudo nas economias maiores. A maior parte da produção mundial de bens e serviços consiste em produção voltada para o atendimento da demanda interna. A não ser no caso de países pequenos, a participação do comércio exterior no PIB é bastante limitada. As exportações equivalem a 12% ou menos do PIB nos Estados Unidos, no Japão e na União Européia (exclusive exportações intra-União Européia); os coeficientes médios para a Ásia e a América Latina são inferiores a 10% (Wade, 1996, p. 66)¹³.

Como vimos, considerando-se apenas as exportações de mercadorias, o grau de abertura é um pouco maior do que 20% na Europa ocidental, quando se incluem as exportações intra-européias, e da ordem de 8% a 9% no caso dos Estados Unidos e do Japão. Medido dessa maneira, o grau de abertura das economias desenvolvidas cresceu de forma praticamente contínua entre o final da II Guerra Mundial e 1980. A partir daí, a relação exportações/PIB diminuiu um pouco nos Estados Unidos e na Europa ocidental e de forma significativa no Japão (*tabela 1*).

Quanto aos mercados de trabalho, o quadro geral, como já foi indicado, é de introversão. Nas décadas de 50 e 60, ainda houve um montante limitado de migração internacional de trabalhadores dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, atribuível em grande medida à escassez de mão-de-obra na Europa de pós-guerra e, em alguns casos, a ligações pós-coloniais reforçadas por uma língua comum. Dos anos 70 em diante, entretanto, a migração internacional foi severamente limitada por leis draconianas de imigração e práticas consulares restritivas (Nayyar, 1995, p. 17). Desde então, o movimento internacional de trabalhadores tem afetado apenas uma pequena parcela da força mundial de trabalho (UNCTAD, 1994, p. 129)¹⁴.

(13) Em 1995, as exportações de bens e serviços representaram o equivalente a 11,1% do PIB dos Estados Unidos; as importações, 12,5%. Na União Européia, as exportações e as importações de bens e serviços corresponderam, em 1995, a 24% e 23,8% do PIB, respectivamente. Quando se excluem do cálculo as exportações dentro da União Européia, a relação cai para 8,9% (OMC, 1996, pp. 28, 41, 42, 141).

(14) Além disso, ao contrário do que acontecia no período anterior à I Guerra, quando os imigrantes, em sua maioria, tornavam-se residentes permanentes, é provável que a maior parte da imigração do período recente tenha caráter temporário (UNCTAD, 1994). Segundo Nayyar, a única evidência significativa de mobilidade internacional do trabalho nos últimos 25 anos é a migração temporária de trabalhadores para a Europa, o Oriente Médio e o Leste Asiático (Nayyar, 1995, p. 17). Mais cauteloso, o já citado documento do FMI sobre a "globalização" limita-se a observar que "não parece que os mercados de trabalho tenham se tornado mais integrados nas décadas recentes" (FMI, 1997, p. 46).

Em muitos países desenvolvidos, refletindo o aumento da imigração ilegal, os residentes nascidos no exterior vêm aumentando como proporção da população total. Mas a sua participação ainda é inferior a 5% na maioria dos países e ultrapassa 10% em apenas quatro (FMI, 1997, p. 46). Como já foi indicado, nos Estados Unidos, a população nascida no exterior, de pais não-americanos, não chega a 10% do total, um percentual bem inferior aos registrados pelos censos decenais entre 1850 e 1930.

Mesmo no terreno financeiro, considerado por muitos autores a dimensão decisiva da "globalização", a internacionalização dos mercados é mais limitada do que geralmente se imagina (Batista Jr., 1997, pp. 36-41). Os mercados de capitais permanecem segmentados por critérios nacionais. O grosso da poupança fica nos países onde é gerada e grande parte dos crescentes fluxos internacionais é constituída de capitais voláteis, que se movem com rapidez em resposta a mudanças nas condições financeiras e cambiais.

De uma forma geral, as aplicações financeiras domésticas ainda são preponderantes por larga margem. Embora a eliminação de controles de capital, especialmente nos países desenvolvidos, tenha ampliado as possibilidades de movimentação do capital entre países, a maior parte dos proprietários e administradores de fundos financeiros continua preferindo concentrar as suas aplicações nos mercados nacionais. O comportamento dos fundos de pensão e das companhias de seguro dos países desenvolvidos, por exemplo, continua marcado por um forte viés em favor das aplicações domésticas (Batista Jr., 1997, pp. 38-40).

A preponderância dos mercados nacionais também aparece de forma esmagadora nos dados referentes aos mercados de títulos e ações. Em 1995, o estoque de títulos (bônus, notas, *commercial paper* e títulos do Tesouro) em circulação nos mercados domésticos dos países do G-7 era treze vezes maior do que o estoque de títulos emitidos por esses países nos mercados internacionais: US\$ 21,5 trilhões contra US\$ 1,6 trilhão. Nos mercados acionários, também predominam as transações internas. Em 1994, as emissões domésticas de ações em cinco dos principais países desenvolvidos (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França e Reino Unido) alcançaram US\$ 167 bilhões, o equivalente a treze vezes o valor emitido por companhias desses países nos mercados internacionais (Batista Jr., 1997, p. 40).

Por esses e outros motivos, é prematuro admitir a existência de um mercado "global" de capitais. É o que conclui, também, o já citado documento do FMI sobre a questão da "globalização": "os mercados financeiros tornaram-se crescentemente integrados, mas estão longe de formar um único mercado global" (FMI, 1997, p. 65).

No que se refere a investimentos diretos, o quadro geral também é de amplo predomínio dos fluxos internos e da dimensão nacional. A despeito da acentuada expansão recente, os investimentos diretos dos países desenvolvidos no exterior ainda são bastante inexpressivos como proporção do

investimento doméstico líquido das empresas. Tipicamente, a ordem de magnitude ficou entre 5% e 15% nos anos 80. O Reino Unido, com 65%, é um caso excepcional. Os investimentos diretos recebidos pelos países desenvolvidos do exterior também são pequenos relativamente ao investimento das firmas, variando entre 0,5% no caso do Japão e 14% nos Estados Unidos (Wade, 1996, pp. 70-73).

Nos anos 90, o quadro geral não se modificou. Estatísticas da UNCTAD, referentes à relação entre investimento direto estrangeiro e formação bruta de capital, indicam que a participação dos fluxos internacionais ainda é bastante modesta. Para a economia mundial como um todo, a relação entre investimento internacional e formação bruta de capital fixo foi de apenas 3,9% em 1994, contra 3,1% em média no período 1984-89¹⁵. No caso dos países desenvolvidos, os investimentos diretos recebidos do exterior corresponderam a 3,3% do investimento bruto em 1994, um percentual inferior ao observado em 1984-89 (*tabela 2*).

O Japão, que é das economias do Grupo dos 7 a mais fechada a capital estrangeiro, acolheu montantes irrisórios de investimento direto do exterior, nunca mais do que o equivalente a 0,3% da formação de capital. Entre os países do G-7, apenas o Reino Unido recebeu, em média, investimentos diretos equivalentes a mais de 10% da formação de capital no período 1990-94 (*tabela 3*). Considerando o conjunto dos países desenvolvidos, somente duas economias pequenas — Bélgica-Luxemburgo e Nova Zelândia — registraram investimentos diretos do exterior superiores a 20% do investimento total no período 1990-94¹⁶.

No caso dos países em desenvolvimento, a proporção é algo maior, mas também não é nem de longe dominante. Para os países em desenvolvimento como um todo, a relação entre investimentos diretos recebidos do exterior e formação bruta de capital fixo, embora crescente, correspondeu a apenas 7,5% em 1994. Na América Latina e na Ásia, regiões que recebem o grosso dos investimentos diretos destinados aos países em desenvolvimento, o investimento estrangeiro representou, em 1994, 8,6% e 7,2% da formação bruta de capital fixo, respectivamente (*tabela 2*). No caso do Brasil, o investimento estrangeiro correspondeu a apenas 3% da formação de capital em 1994 (*tabela 3*).

Entre 1990 e 1994, num total de 147 países em desenvolvimento, apenas dois países pequenos — a Guiné Equatorial e a Libéria — registraram ingressos de investimentos correspondentes a mais de 50% da formação bruta de capital fixo. Somente dezoito países, em maioria pequenos, receberam investimentos diretos equivalentes a mais de 20% da formação de capital nesse período (UNCTAD, 1996, Annex table 5, pp. 251-259). Note-se, além disso, que esses dados tendem a superestimar a contribuição do investimento estrangeiro à formação de capital nos países desenvolvidos e sobretudo nos países em desenvolvimento, uma vez que os investimentos diretos incluem fluxos relacionados a operações de privatização e outras aquisições de empresas preexistentes¹⁷.

(15) Investimento direto estrangeiro em determinado país é definido como um influxo de capital que implica uma relação de longo prazo e controle do empreendimento por parte de investidor residente fora do país. Os dados da UNCTAD incluem lucros reinvestidos e empréstimos intracompanhias (UNCTAD, 1996, p. 219-220). A formação bruta de capital fixo é medida a preços correntes (idem, p. 225).

(16) O investimento direto recebido do exterior representou, nesse período, 22,3% da formação de capital no caso da Bélgica e Luxemburgo e 24,2% no caso da Nova Zelândia (UNCTAD, 1996, Annex table 5, pp. 249-250).

(17) O relatório da UNCTAD destaca a privatização como um dos fatores responsáveis pelo crescimento recente do ingresso de investimentos diretos estrangeiros nos países em desenvolvimento. Na América Latina, a concentração dos investimentos em certos setores (indústria automobilística nos casos do México e do Brasil e recursos naturais no do Chile) e o peso dos influxos associados à privatização (nos casos da Argentina, Peru e Venezuela) tornam o investimento direto propenso a substanciais flutuações de ano para ano. Na Argentina, Peru e Venezuela, por exemplo, houve aumento expressivo do ingresso de investimentos estrangeiros quando algumas grandes companhias estatais foram privatizadas no início dos anos 90 (ver *tabela 3* para dados da Argentina). Nos anos seguintes, contudo, registrou-se diminuição considerável das entradas relacionadas a privatizações, o que foi compensado apenas em parte por investimentos pós-privatização (UNCTAD, 1996, pp. xvii-xviii).

Tabela 2

Fluxos de investimento direto estrangeiro como proporção
da formação bruta de capital fixo, por regiões
1984-94

Em %

Regiões	Fluxos de investimento direto estrangeiro					
	1984-89 ¹	1990	1991	1992	1993	1994
Mundo						
do exterior	3,1	4,0	3,1	3,2	3,8	3,9
no exterior	3,3	4,7	4,2	3,9	4,2	4,0
Países desenvolvidos						
do exterior	3,9	4,9	3,3	3,1	3,5	3,3
no exterior	4,7	6,5	5,8	5,0	5,2	4,8
Europa ocidental						
do exterior	4,6	7,0	5,4	5,4	5,7	4,8
no exterior	7,8	9,4	7,8	7,6	7,5	8,0
América do Norte ²						
do exterior	5,8	6,1	2,9	2,5	4,7	4,9
no exterior	2,6	3,5	4,6	4,8	7,6	4,4
Outros países desenvolvidos ³						
do exterior	0,7	1,0	0,7	0,8	0,4	0,6
no exterior	3,5	4,8	4,1	1,9	1,2	1,9
Países em desenvolvimento						
do exterior	2,8	3,2	4,0	4,8	6,3	7,5
no exterior	1,0	1,7	0,9	2,2	3,0	3,4
África						
do exterior	3,6	2,7	4,2	4,4	4,9	7,5
no exterior	1,4	1,7	1,5	0,5	1,1	0,9
América Latina e Caribe						
do exterior	4,2	4,0	6,4	7,2	6,3	8,6
no exterior	0,4	2,0	-0,2	1,5	0,9	1,3
Ásia						
do exterior	2,3	3,1	3,4	4,1	6,5	7,2
no exterior	1,2	1,6	1,2	2,6	3,9	4,3
Europa central e oriental						
do exterior	(-)	(-)	0,4	0,6	0,9	0,9
no exterior	(-)	(-)	(-)	(-)	(-)	0,1

Fonte: UNCTAD, 1996.

(1) Média anual.

(2) Exclui México.

(3) África do Sul, Austrália, Israel, Japão e Nova Zelândia.

(-) Dados iguais a ou próximos de zero.

Tabela 3

Fluxos de investimento direto estrangeiro como proporção da formação
bruta de capital fixo

Grupo dos 7 e países em desenvolvimento selecionados

1984-94

Em%

Países		Fluxos de investimento direto estrangeiro					
		1984-89 ¹	1990	1991	1992	1993	1994
Grupo dos 7							
Alemanha	do exterior	1,0	0,9	1,2	0,6	0,1	-0,9
	no exterior	5,2	7,7	7,0	5,2	3,9	4,2
Canadá	do exterior	5,4	6,5	2,4	4,2	5,0	5,9
	no exterior	5,3	3,9	4,9	3,4	5,8	4,7
Estados Unidos	do exterior	5,8	6,0	3,0	2,2	4,7	4,8
	no exterior	2,2	3,4	4,5	4,9	7,8	4,4
França	do exterior	3,5	5,2	5,9	8,2	8,9	7,1
	no exterior	5,8	13,6	9,4	11,8	8,8	9,4
Itália	do exterior	2,0	2,8	1,0	1,3	1,6	0,9
	no exterior	2,1	3,3	3,1	2,5	3,2	2,2
Japão	do exterior	(-)	0,2	0,2	0,3	(-)	0,1
	no exterior	3,4	5,1	4,0	2,0	1,2	1,4
Reino Unido	do exterior	11,5	17,0	9,4	9,1	10,2	6,6
	no exterior	19,8	10,1	9,5	11,6	18,1	16,5
Países em desenvolvimento selecionados ²							
Argentina	do exterior	3,8	24,2	15,1	41,7	56,1	9,6
	no exterior	0,2	0,7	-0,3	0,5	-0,2	0,3
Brasil	do exterior	2,3	1,0	1,4	3,0	1,3	3,0
	no exterior	0,3	0,7	1,3	0,2	0,5	1,0
Chile	do exterior	15,6	8,3	7,3	7,2	7,2	19,9
	no exterior	0,2	0,1	1,7	3,9	3,7	7,0
China	do exterior	1,8	2,6	3,3	7,8	20,0	24,5
	no exterior	0,5	0,6	0,7	2,8	3,2	1,5
Cingapura	do exterior	28,3	47,1	33,5	13,3	24,6	23,5
	no exterior	3,6	17,2	7,0	7,4	8,8	9,2
Indonésia	do exterior	1,6	2,8	3,6	3,9	3,8	3,6
	no exterior	0,1	(-)	(-)	0,1	(-)	(-)
Malásia	do exterior	8,8	23,8	23,8	26,0	22,5	16,1
	no exterior	2,6	3,8	2,3	2,6	5,9	6,7
México	do exterior	7,8	5,6	8,5	6,4	6,0	10,4
	no exterior	0,4	0,5	0,3	1,1	(-)	1,4

Fonte: UNCTAD, 1996.

(1) Média anual.

(2) Países que receberam, em 1995, mais de US\$ 3 bilhões de investimentos diretos do exterior.

(-) Dados iguais a ou próximos de zero.

Em suma, na imensa maioria das economias a ampliação do estoque de capital se realiza preponderantemente com base em decisões nacionais de investimento. Por esses e outros motivos, a dinâmica macroeconômica continua a refletir fundamentalmente o que se passa dentro das fronteiras nacionais. Tendo em vista o grau ainda relativamente limitado de integração internacional, sobretudo nas economias de maior porte, não é de surpreender que as flutuações cíclicas do nível de emprego e da atividade econômica não estejam sincronizadas. Nos dez últimos anos, as variações das taxas de desemprego da mão-de-obra e de crescimento do PIB real das três principais economias, por exemplo, têm apresentado divergências marcadas. Essa assincronia ajuda a entender — diga-se de passagem — as crônicas dificuldades de coordenar as políticas macroeconômicas do G-7 e a preferência por um regime de flutuação cambial entre o dólar, o iene e as moedas européias (Batista Jr., 1997, pp. 41-44).

A despeito da suposta "globalização", movimentos divergentes dos hiatos de produto indicam que as correlações entre as flutuações cíclicas das principais economias avançadas não aumentaram nos anos recentes (FMI, 1997, p. 70). As correlações foram, inclusive, mais altas nos anos 70, quando essas economias estiveram submetidas a fortes choques externos do lado da oferta, em função dos aumentos abruptos do preço do petróleo. Excetuados períodos em que prevalece a influência de choques comuns, como choques tecnológicos ou de preços de *commodities*, as flutuações cíclicas ainda são comandadas por fatores domésticos não-sincronizados (FMI, 1997).

A tese de que o desemprego é um fenômeno mundial, produto da inexorável "globalização", também não encontra apoio nos dados. As estatísticas dos países desenvolvidos, por exemplo, mesmo quando padronizadas, mostram enormes discrepâncias em termos de taxas de desemprego aberto. Há países com problemas graves, até gravíssimos, de desemprego, como a Espanha, a França e a Itália. No entanto, em outros países, notadamente nos Estados Unidos e no Japão, as taxas de desemprego são relativamente baixas (OCDE, 1997, Annex table 22, p. A25).

Não se observa tampouco uma tendência generalizada de aumento do desemprego nas economias mais adiantadas. Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Austrália, por exemplo, vêm registrando significativa diminuição das taxas de desemprego desde 1992 ou 1993 (OCDE, 1997, Annex table 21, p. A24). No mundo desenvolvido, o desemprego em massa é, essencialmente, um problema da Europa continental, decorrente em grande medida da rigidez arbitrária dos critérios de convergência estabelecidos, por insistência da Alemanha, no Tratado de Maastricht. Mas mesmo nessa região os números diferem enormemente de país para país. Em 1995, as taxas de desemprego na Europa continental variavam de 4,9% na Noruega até 22,7% na Espanha (OCDE, 1997, Annex table 22, p. A25).

REFERÊNCIAS

Bairoch, Paul. "Globalization myths and realities: One century of external trade and foreign investment". In: Boyer, Robert e Drache, Daniel (eds.). *States against markets: The limits of globalization*. London: Routledge, 1996.

Bairoch, Paul e Kozul-Wright, Richard. *Globalization myths: Some historical reflections on integration, industrialization and growth in the world economy*. United Nations Conference on Trade and Development, Discussion paper n° 113, march 1996 (mimeo).

Batista Jr., Paulo Nogueira. *Mitos da "globalização"*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados-USP, coleção Documentos, n° 52, série Assuntos Internacionais, setembro de 1997 (mimeo).

Brasil, Ministério do Planejamento e Orçamento. *Indicadores da Economia Mundial*. Brasília: Secretaria de Assuntos Internacionais, n° 7, dez. 1996.

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1996.

Gerbier, Bernard. "La continentalisation, véritable objet de la mondialisation". *La Pensée*, n° 309, jan.-fév.-mar. 1997.

Hirst, Paul e Thompson, Grahame. *Globalization in question: The international economy and the possibilities of governance*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 1996.

FMI - Fundo Monetário Internacional. *World economic outlook: Globalization, opportunities and challenges*. Washington, D.C., may 1997.

Krugman, Paul. "The localization of the world economy". In: *Pop internationalism*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.

Nayyar, Deepak. *Globalisation: The past in our present*. Presidential Address, Seventy-Eighth Annual Conference of the Indian Economic Association, Chandigarh, 28-30/12/95.

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *OECD Economic Outlook 60*. Paris, december 1996.

_____. *OECD Economic Outlook 61*. Paris, june 1997.

Na América Latina, os dados de desemprego são de menor qualidade e abrangência e menos comparáveis internacionalmente. Feita essa ressalva, as estatísticas dos governos latino-americanos publicadas pela Cepal também mostram grandes variações de economia para economia. Em 1996, as taxas de desemprego urbano variavam entre 3,5% na Bolívia e 17,2% na Argentina (Cepal, 1996, Cuadro A.4, p. 42).

Apesar de tudo que tem sido dito sobre o efeito avassalador das tendências "globais", o desempenho do mercado de trabalho reflete, no essencial, processos que ocorrem em âmbito nacional, ou no máximo regional, especialmente nas economias maiores. A questão do desemprego, assim como tantas outras, continua a depender fundamentalmente da evolução da economia doméstica e da eficácia das políticas econômicas e sociais.

"Globalização" e iniciativa nacional

As percepções sobre a evolução do contexto internacional sempre condicionam, em certa medida, o debate sobre as opções de um país. Uma avaliação objetiva, não-mitificada, do quadro mundial constitui uma das precondições para a definição apropriada das políticas nacionais.

Apesar de marcadas por vulgaridades e simplificações, as discussões sobre a "globalização" ou "mundialização" da economia adquiriram, nos últimos anos, uma importância estratégica. Da forma como vem sendo conduzido, esse debate tem tido efeitos predominantemente negativos. Por um lado, ajuda a mascarar a responsabilidade pelas opções e decisões dos governos, obstruindo a crítica das políticas públicas. Por outro, inibe a reflexão sobre as alternativas de que dispõem os países na definição de suas políticas econômicas, sociais e de inserção internacional, contribuindo para imobilizar as iniciativas nacionais.

Para países como o Brasil, que ainda carregam traços acentuados do seu passado colonial, um debate como esse é sempre problemático. A ideologia da "globalização", principalmente nas suas vertentes mais extremadas, constitui um reforço considerável e falsamente moderno para a arraigada subserviência de muitos setores das camadas dirigentes do país, sempre prontos a atuar como prepostos dos interesses internacionais dominantes e a colaborar para uma integração subordinada à economia internacional. Nesse contexto, a "globalização" funciona como álibi para algumas posições tradicionais das elites locais.

Um exame cuidadoso dos dados macroeconômicos revela que as avaliações predominantes do quadro internacional estão carregadas de exageros e mitos. Carecem freqüentemente de perspectiva histórica. Apóiam-se, em geral, em preconceitos e impressões superficiais.

"Globalização" é um mito que exagera o peso e o alcance das forças econômicas de âmbito internacional. Os Estados nacionais, sobretudo nos

Rogalski, Michel. "Mondialisation: Présentation et remarques complémentaires". *La Pensée*, n° 309, jan.-fév.-mar. 1997.

Taylor, A. J. P. *From the Boer War to the Cold War: Essays on twentieth-century Europe*. London: Penguin Books, 1996.

The Economist Newspaper Limited. *A survey of the world economy*, 07/10/95.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. *World Investment Report 1994: Transnational corporations, employment and the workplace*. Geneva, 1994.

World Investment Report 1996: *Investment, trade and international policy*. Geneva, 1996.

U. S. Bureau of the Census. *Current population reports: The foreign-born population, 1996*. Washington D.C.: U.S. Department of Commerce, march 1997.

Wade, Robert. "Globalization and its limits: Reports of the death of the national economy are greatly exaggerated". In: Berger, Suzanne e Dore, Ronald (eds.). *National diversity and global capitalism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1996.

OMC - Organização Mundial do Comércio. *Annual Report*, vol. II. Geneva, 1996.

Zevin, Robert. "Are world financial markets more open? If so, why and with what effects?". In: Banuri, Tariq e Schor, Juliet B. (eds.). *Financial openness and national autonomy: Opportunities and constraints*. Oxford: Clarendon Press, 1992.

países mais bem-sucedidos, não estão indefesos diante de processos econômicos "globais" incontroláveis ou irresistíveis. Ao contrário do que sugere o fatalismo associado à ideologia da globalização, o desempenho das economias e o raio de manobra dos governos continuam a depender crucialmente de escolhas nacionais.

O fascínio com a "globalização" é revelador do estado de prostração mental e desarmamento intelectual em que se encontram países como o Brasil. Para superá-lo, poderíamos começar por uma reavaliação do quadro mundial e do papel dos Estados nacionais, desenvolvendo, sem inibições, a nossa própria concepção dos rumos que devem tomar as relações internacionais da economia brasileira.

Recebido para publicação em
22 de outubro de 1997.

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista, pesquisador-visitante do IEA-USP. Já publicou nesta revista "Economia e ideologia: aspectos da questão tributária" (nº 41).

**Novos Estudos
CEBRAP**

**N.º 49, novembro 1997
pp. 84-97**
